
HELSINQUE – Questões sobre o Credenciamento de Serviços de Proxy e Privacidade
Terça-feira, 28 de junho de 2016 – 11:00 ao 12:00 EEST
ICANN56 | Helsinque, Finlândia

THOMAS SCHINEIDER: Obrigado Tom. Vamos continuar agora com a seguinte sessão que tem a ver com a sessão do grupo de trabalho de segurança pública que se desenvolveu antes, hoje de manhã, vou passar a palavra a Alice Munyua uma dos copresidentes do grupo.

ALICE MUNYUA: Obrigado, quero passar diretamente para a apresentação. Tivemos uma reunião muito constitutiva hoje de manhã onde discutimos diferentes assuntos e também a possibilidade de avançar nesse assunto com a abordagem que apresentamos aqui nesta reunião conjunta. Eu quero começar dando algumas informações e o contexto da onde surge estas questões vinculadas aos serviços de privacidade e proxy.

Isso tem a ver com as recomendações da devida diligencia ou averiguação de antecedentes dos organismos de cumprimento efetivo da lei a partir de 2010 e algumas questões específicas de habilitação e serviço de privacidade e proxy que foram de PDP e

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

que a GNSO já completou, acabou, e emitiu um relatório final de forma rápida.

De que falamos quando falamos de serviço de privacidade e proxy? Aqui tem um exemplo, meu website, www.alice.com utilizando um serviço de proxy, aqui vemos que está o meu endereço da Arizona nos EUA, mas eu moro em Nairóbi, às vezes em Johannesburgo, outras vezes em outros lugares, mas não aparecem os dados específicos do domicílio.

Essa informação é uma informação que o registrador não tem toda a informação como nomes e contatos da empresa de representação ou proxy e o registrante e a companhia de privacidade. Aqui o contato para isso está sendo oferecido. Isso marca como sério esse assunto.

Basicamente há 5 serviços, 9 de 10 grupos utilizam esse serviço de privacidade. Não existiu anteriormente uma política atualizada vinculada ao serviço de privacidade e proxy até o acordo de habilitação dos registradores em 2013.

Ele tinha poucas regras e políticas. Então isso levou muita falta de previsibilidade para as partes interessadas afetadas por esses serviços, Pode existir uma diferença entre registros e registradores habilitados na ICANN porque tem esse acordo de registradores não é uma obrigação que estejam. O PDP da GNSO

emitiu algumas recomendações para habilitar o serviço de privacidade e representação ou proxy.

Isso foi aprovado pela GNSO e agora a diretoria tem que votar para aprovar esse relatório, no entanto, como mencionamos durante a reunião de Marrakesh e também no comunicado de Marrakesh, o grupo de trabalho de segurança pública tem a preocupação de como as recomendações do GAC não foram levadas em consideração.

O fundamento previsto pelo GAC quanto a recomendações vinculadas ao PDP era que os fornecedores desses serviços deviam manter todas as solicitações dos organismos de cumprimento efetivo da lei, de forma confidencial conforme o requerido pelas leis locais das diferentes jurisdições. Notifica-la, talvez poderiam evitar algumas investigações. Em alguns países se estabelece a obrigação da confidencialidade.

O segundo tema é que não se levou em consideração a solicitação de como se tratariam outras solicitações de outras jurisdições. A conduta maliciosa com frequência se produz de forma transfronteira e as investigações envolvem muitas vezes organismos de aplicação da lei fora dos territórios de fornecedores de serviços de privacidade e proxy. É necessário levar me conta a questão da jurisdição e cooperação transfronteira.

Terceiro assunto tem a ver com domínio comercial que junta dinheiro para bens e serviços e o GAC considera que não poderia ser utilizado esse serviço de privacidade e proxy ou ocultar identidade do juiz para proteger os consumidores e sua informação financeira e também para combater a fraude e o crime. Isso faz parte também dos direitos públicos que sabemos que estão envolvidos aqui. Tem a ver com as obrigações de divulgar informação, por exemplo, como o que acontece na união europeia.

Essas recomendações levam a dizer que o GAC se sente muito firme com essas recomendações e não está propondo demorar a implementação do relatório, mas apenas queremos que exista flexibilidade para tratar algumas preocupações apresentadas pelo GAC durante a etapa de implementação.

Isso ajudaria que o GAC tivesse conflitos com a GNSO e que se produz uma demora no programa. Passamos ao seguinte slide.

Há diferentes ideias com respeito a diferentes formas de avançar o grupo de trabalho de segurança pública propõe diferentes modalidades.

Preciso ver o próximo slide.

Obrigada.

O primeiro assunto, a primeira proposta tem a ver com a confidencialidade das solicitações dos organismos de controle da lei. O que precisamos é desenvolver um marco para divulgação da informação. Acreditamos que é possível durante a etapa de implementação trabalhando com a equipe de revisão de implementação e depois o manejo das solicitações dos organismos de aplicação da lei, estrangeiros também vinculados com esse marco de divulgação de informações e a questão dos nomes de domínios comerciais ou domínios comerciais, porque é muito mais difícil de manejar, porque o grupo de trabalho deixou em claro e estabelecido que apoia a decisão de que os domínios comerciais continuem sendo utilizado com esses serviços.

Também uma proposta de ter um processo de habilitação para esses fornecedores de serviços de proxy e privacidade que ocultam a identidade daqueles que atuam de má fé e que não respondem as solicitações dos organismos de aplicação da lei de que exista um tratamento diferenciado de divulgação da informação dentro do marco de divulgação para domínios que processam operações financeiras, no seguinte slide tem a informação que ajuda a entender o processo da GNSO.

Esse processo de implementação vai levar entre 1 e 2 anos. Uma vez que a diretoria tenha aprovado o relatório a divisão global de domínio implementará os planos, ou essas políticas. Há uma

preocupação quanto a como serão implementadas as propostas de políticas na GDD.

Não é obrigatório para a GDD criar o que se chama uma equipe de revisão de implementação IRT, com voluntários da GNSO e da comunidade da ICANN.

Eu acho que o grupo de trabalho de segurança pública e os organismos de aplicação da lei podem ser consultados, mas não participar do processo porque essa seria uma sobrecarga do trabalho desnecessária. Poderiam ser consultado em algumas das áreas mais relevantes e depois, claro, o seguinte processo tem a ver com a reunião conjunta que celebraremos onde vamos falar das preocupações que apresenta o GAC durante as recomendações propostas.

Obrigado, Thomas.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado por essa apresentação tão clara de uma coisa que é muito complexa quanto ao nível de detalhes, não é nada fácil.

O GAC queria ter uma deliberação entre os membros do GAC, claro que essa é uma reunião aberta, mas queríamos dedicar uns 15 minutos para tratar esses assuntos entre nós e depois convidaríamos os representantes da diretoria e da GNSO para que se somem a nossas deliberações.

Isso já foi apresentado e discutido de alguma forma hoje de manhã no grupo de trabalho de segurança pública, mas precisamos formalmente verificar com os outros membros do GAC em pleno.

Pedimos, por favor, que faça a sua intervenção aqueles que apoiam essa proposta, aqueles que têm dúvidas quanto a isso, eu passo a palavra aos senhores.

Vejo que a Noruega está pedindo a palavra.

NORUEGA:

Obrigado senhor presidente, obrigado Alice por sua apresentação.

Lamento não ter em claro todos os detalhes porque eu preciso um esclarecimento sobre questão número 2, o manejo das solicitações dos organismos encarregados do cumprimento efetivo da lei em diferentes jurisdições.

Esses mecanismos de implementações devem ser realizadas de forma paralela ou como se relacionam com os procedimentos atualmente em vigor desses organismos de aplicação da lei para dirigir as solicitações em diferentes lugares, por exemplo, a cooperação com a polícia. O que existe atualmente?

Obrigado.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado pela pergunta, quem quer responder?

A Comissão Europeia tem a palavra.

COMISSÃO EUROPEIA: Obrigado por esta pergunta, o que dá a oportunidade de fazer um esclarecimento.

Como já disse a Noruega, pode existir um impacto, ou melhor, desta forma não haverá nenhum impacto sobre os procedimentos já existentes que utilizam os organismos de aplicação da lei em um país para cumprir com os requisitos ou as solicitações para poder dar proteção e defesa, apenas tem a ver com a perspectiva contratual de implementação dos processos de habilitação de privacidade e proxy que não cria nenhum obstáculo adicional a essa solicitação de informação.

Não é necessário fazer qualquer mudança, ao marco jurídico existente, apenas queremos evitar obstáculos adicionais para aqueles países que não consideram esses marcos jurídicos para essas solicitações.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado por esse esclarecimento. Alguma pergunta sobre a proposta?

EUA tem a palavra.

ESTADOS UNIDOS:

Obrigado.

É apenas para oferecer o apoio dos EUA nos passos a seguir, tal qual está descrito ali na proposta e destacar o fato de que nos próximos passos, na verdade não veremos qualquer inconveniente. Segundo o que já está estabelecido no PDP.

THOMAS SCHNEIDER:

Obrigado EUA.

Mais alguma outra opinião, intervenção? Manifestação de apoio, comentário, perguntas? Alguma objeção total?

Devo considerar que esse silêncio significa que os senhores consideram que essa é uma forma razoável de avançar conforme o que propõe o grupo de trabalho?

Vejo que alguns estão afirmando. Não vejo nenhum que diga que não com a cabeça, levantando as mãos, então devo manifestar que esse é o final da discussão interna do GAC.

Que temos apoio para a proposta do PSWG e se for assim acho que podemos utilizar o resto do tempo para ter um intercâmbio com os representantes da GNSO e também vejo alguns membros da diretoria aqui presentes na sala.

Talvez aqui temos alguns lugares vazios, aqueles que estão trabalhando mais de perto nessas questões. O pessoal do grupo de trabalho da GNSO e os representantes da diretoria que estiveram analisando esses assuntos também podem se aproximar e ocuparem esses lugares aqui na frente.

Obrigado por estarem aqui, por favor, se apresentem e digam qual trabalho.

STEVE METALITZ: Sou Steve Metalitz, sou copresidente do grupo de trabalho para o PDP do PPSAI.

GRAEME BUNTON: Sou Graeme Bunton, também sou copresidente do grupo de trabalho e provavelmente deveria reconhecer também a Don Blumenthal que foi presidente do grupo de trabalho por um tempo.

THOMAS SCHNEIDER: Posso passar a palavra a Alice para que dê um contexto nessa sessão?

ALICE MUNYUA: Obrigado, são mais do que bem-vindos nessa sessão.

Quero lembrar que o objetivo dessa sessão é tentar ver como poderíamos melhorar as preocupações, ou tratar os comentários apresentados no grupo de trabalho do PPSAI e como poderiam ser tratados especificamente durante a implementação das tarefas de trabalho.

Também quero destacar que o GAC não está propondo reabrir nenhuma questão vinculada a política, mas se apoia na provação do relatório. Queremos explorar a forma de dar espaço as nossas preocupações que foram já apresentadas antes e que poderiam ser tratadas durante a fazer de implementação.

Como devem lembrar o comunicado de Marrakesh o GAC destacou que o relatório final que os senhores elaboraram e apresentaram a diretoria, apresentava algumas questões do ponto de vista da segurança dos consumidores e a confiança.

Isso é o que nós estivemos analisando do nosso comunicado de Marrakesh e consideramos que podemos destacar novamente aqui, mencionar aqui essas recomendações porque são muito positivas, mas temos que fazer ênfase na necessidade de estabelecer um programa de habilitação, porque é uma questão necessária e também o relatório parece ser flexível e permite que o GAC participe durante a etapa de implementação.

O objetivo desta etapa é debate entre nós ou com os senhores o que tem a ver com 3 ou 4 pontos em especial que achamos que não foram levadas em conta.

STEVE METALITZ:

Em primeiro lugar que agradecer ao GAC por dar a oportunidade de realizar com o GAC esse intercâmbio, já falei em algumas sessões públicas de hoje de manhã que é muito útil pra nós manter essas reuniões porque permitem compreender melhor quais são todas as posições, as discussões que aparecem depois dos comentários. Valorizamos também todos os comentários feitos pelo grupo de trabalho de segurança pública nesse relatório inicial.

Depois posso falar em nome de todo o grupo que essas questões apresentadas pelo grupo de trabalho foram analisadas no detalhe dentro do nosso grupo quando preparamos um relatório. Uma situação, por exemplo, o uso dos nomes comerciais ou dos jogadores comerciais talvez foi o que levou mais tempo discutir.

Se pensamos nesse processo de 1 ou 2 anos do grupo de trabalho eu acho que há uma maior participação ativa por parte dos representantes dos organismos de cumprimento da lei no trabalho global do grupo e uma melhor comunicação da nossa

parte para com o grupo de segurança pública poderia ter sido mais benéfico.

Eu acho que aprendemos essas lições e que podemos melhorar em ambos os lados nesse sentido para que a comunicação seja melhor.

Também quero manifestar o meu agradecimento pelos comentários que os senhores fizeram, porque não desejam demorar a implementação dessas recomendações. Esperamos que a diretoria esteja em condições de avançar com a aprovação dessa implementação.

Será um processo difícil e complicado, isso já sabíamos. Inclusive antes de recebermos o assessoramento do GAC em Marrakesh há muitos assuntos que tratar nessa implementação.

Também valorizamos que os senhores mencionem estas regras provisórias que estão em vigor agora que são mínimas e que vão caducar no final desse ano. Então realmente queremos avançar com a implementação o mais rápido possível.

Queria comentar de um dos slides que se fala do processo de implementação. Quero mencionar aqui que a equipe de revisão de implementação poderia consultar como PSWG, os representantes do GAC e outras entidades. Eu iria além e que o pessoal da ICANN me corrija. Eu diria que o PSWG teria que

participar de forma ativa na equipe de revisão de implementação, ou IRT.

É uma modalidade relativamente nova que temos para lidar com implementação e isso pelo menos é obrigatório, um bom exemplo, o porque precisamos de uma equipe forte e boa de implementação e acho que os representantes dessas forças da lei do PSWG vão ter uma função ativa.

Seria definitivamente para melhorar a qualidade de implementação e é por isso que podemos recomendar isso. Eu ficaria muito contente se Graeme puder fazer um comentário.

GRAEME BUNTON:

Obrigado Steve, já falamos bastante claramente sobre isso, vamos continuar e devemos ter muito cuidado, sermos muito claros e acho que sim, podemos continuar avançando e encontrar algum meio termo também.

Muito obrigado.

ALICE MUNYUA:

Muito obrigada.

Aqui temos 3 áreas que gostaríamos de continuar conversando com vocês, uma área é o marco bom de divulgação para as solicitações e as forças da lei e também que esses requisitos

sejam desenvolvidos durante a fase de implementação, não sei o que vocês acham. Também problemas jurisdicionais, preocupações.

Há muitas maneiras de mitigar as preocupações do GAC sobre como permitir que os domínios procurem informações financeiras da pessoa.

Se vocês tem alguma opinião para compartilhar e como isso poderia ser abordado durante a fase de implementação.

STEVE METALITZ:

Muito obrigado pelas perguntas, eu vou tentar responder pelas ordens que você as fez.

Podemos ver aqui pela ordem final do grupo de trabalho como nós podemos ver aqui a falta de um marco para divulgação de solicitações como um vazio que nós temos e que deve ainda ser preenchido. Durante a fase de implementação acho que essa vai ser o momento certo para tentar encontrar a melhor maneira de facilitar essa maneira de preencher esse vazio.

Então eu diria que eu acho que antes eu vi um slide que sugeria que não havia nenhuma exigência ou requerimento sobre isso no relatório, então o documento recomenda que o provedor de serviços proxy e privacidade deveria pedir de agencias de policiais, deveria solicitar a essas agencias se era uma exigência

da legislação aplicável. Seria um requisito não divulgar isso. Era necessário que se tivesse que divulgar alguma coisa isso significaria consequências para seu credenciamento.

Isso deveria ser incorporado nos padrões de accreditation em que deveria ser também um requisito da legislação aplicável. Também isso não é para que os provedores adotem voluntariamente padrões mais restritos ou que cooperassem, mas são apenas orientações.

Quanto a sua segunda pergunta, entendemos a preocupação sobre a questão jurisdicional e tudo isso nos leva a obrigação de ter que responder as solicitações das forças da lei que não são de nossa jurisdição.

Nós achávamos que tínhamos pouco espaço ainda para manobrar tudo isso de acordo com a nossas obrigações, mas temos esse acordo de credenciamento de resultados que foi adotado apenas há 1 ano ou 2 e essa decisão de uma resolução aqui que se aplica só as solicitações propriamente ditas de uma jurisdição.

Acho que é difícil reabrir essa pergunta quando vemos realmente quem está fornecendo os serviços, vemos que na maioria das partes são afiliados dos registradores credenciados que estão sob o RAA 2013 e que tem um mandato pelo qual

estão obrigados a responder obviamente se houver alguma mudança.

Por exemplo, o que devem responder ou como devem responder ao serviço de provedores e a recomendação era que dentro dos padrões de credenciamento isso deveria ser alterado automaticamente e também incorporado aos padrões de credenciamento.

Talvez deveria parar por aqui e deixar um espaço para que Graeme toque nos outros dois pontos.

GRAEME BUNTON:

Acho que você fez um bom resumo Steve.

STEVE METALITZ:

Sobre o provedor comercial, o uso do serviço de privacidade e proxy por empresas comerciais eu vou tentar resumir.

Essa foi a única questão que surgiu que levou muito tempo e energia para o grupo de trabalho e foi um assunto que literalmente obteve muitos comentários dos públicos e petições também.

Houve uma recomendação do PSWG e em última instancia para alcançar o consenso acho que todos os membros do grupo de trabalho que compartilharam o desapontamento de que o

PSWG sentisse que deveriam esperar pelo consenso e acho que isso é a essência desse processo que nós vamos passar e o que destacamos no relatório é que alguns provedores de privacidade e proxy têm já esse tipo de restrição dentro de suas regulamentações e que não há maneira de que eles adotem políticas similares e um ponto básico aqui do relatório é que reconhecemos a necessidade de que os provedores tenham flexibilidade nas suas políticas e também a capacidade de aplica-las.

Também destacamos que os provedores devem poder interromper os serviços de proxy e privacidade com algum cliente X ou se houver caso de abuso dos termos e serviços ou outros problemas, mas a questão que foi levantada em um dos slides sobre incorporar isso dentro do marco de divulgação para as forças da lei é uma ideia excelente, porque todos reconhecemos que alguns usos desses serviços por entidades comerciais também poderiam envolver atividades jurídicas e deveríamos unir tudo isso e assegurar-nos de que isso seja uma obrigação.

Então eu acho que durante o processo de implementação podemos partir da experiência dos provedores de serviços e também outra coisa que a equipe de revisão de implementação vai fazer é recomendar que pontos da política deve ser revisados

e quanto, então na prática aqui se isso não for feito teremos um gap que deverá ser preenchido.

Muito obrigado.

GRAEME BUNTON:

Obrigado Steve. Steve está certo em que realmente ainda devemos preocupar-nos sobre a questão da mitigação. Também há muitos membros do grupo de trabalho que se sentem muito aliviados de que haja pessoas aqui que realmente estão trabalhando como PayPal, que fazem doações ou organizações do tipo 501(c)(3), que doam botões a PayPal e que vão receber esses serviços de privacidade e proteção. Acho que isso é muito urgente e é muito importante.

Com isso eu acho que respondo a pergunta. Muito obrigado.

ALICE MUNYUA:

Muito obrigado. Os colegas do GAC têm mais perguntas?

Tem perguntas ou comentários?

Indonésia.

INDONÉSIA:

Eu quero saber alguma coisa sobre o que você explicou.

Você mencionou que antes que um operador divulga informações das forças policiais que não estão em linha com os estatutos ou regulamentação internas, isso vai afetar sua accreditation.

Qual é o efeito dessa accreditation para essa organização local então?

Porque isso vai reduzir, vai afetar talvez sua operação cotidiana ou alguma coisa parecida, qual seria o efeito então de tudo isso?

STEVE METALITZ:

Muito obrigado pela pergunta.

Eu vou esclarecer. Isso não vai diretamente a questão se o provedor de serviços vai responder as organizações da lei, fornecendo informação.

Essa questão da confidencialidade tem a ver mais se eles mencionam o cliente que foi feita essa solicitação das forças da lei. Isso que importa aqui, esse é o problema aqui. Só queria esclarecer isso.

Toda essa ideia de termos uma accreditation dos provedores. Uma vez que esse marcos de accreditation forem implementados os registradores só vão poder trabalhar com

provedores credenciados e não vão poder aceitar outros registros ou provedores não credenciados.

Então se, por exemplo, temos uma lei local que determina que essas solicitações da força da lei devem ser mantidas em sigilo e se um provedor sistematicamente abusa dos serviços essa poderia ser a base para eliminar o credenciamento desse provedor de serviços e se isso acontecer todos os registradores credenciados já não vão poder aceitar os registros proxy desse provedor que abusou.

Nós temos tido isso durante anos em toda a ICANN.

GRAEME BUNTON:

Muito obrigado, já ouvi essa pergunta sobre o que acontece durante uma descreditação em um nome de privacidade e se os nomes que estão previamente vão estar envolvidos nisso.

Então esse é o motivo a mais de porque devemos tentar avançar o mais rapidamente possível porque vai ser um processo muito longo, muito demorado e complexo que vai precisar de toda a nossa atenção.

Muito obrigado.

ALICE MUNYUA:

Fala representante da Comissão Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA: Só quero revisar um dos pontos que foram levantados aqui. Primeiro a regra sobre divulgação em que você disse que isso não evita a situação em que uma agência nacional já obriga de manter essas solicitações de maneira sigilosa.

Também vocês estão criando, por outra parte, um novo mecanismo por default para que os registradores e os provedores proxy criem esse mecanismo por default e o que estamos observando aqui é que a solicitação das forças da lei já é uma questão que é feita por default e que deve ser divulgado quando não é especificamente sensível, mas, por outro lado, fato de que essas solicitações sejam enviadas automaticamente ao usuário que está fazendo o uso dos serviços de privacidade, ai colocaríamos em risco a investigação delitiva.

Então estamos criando esse mecanismo de default estamos dando a possibilidade que as forças da lei usem como mecanismo útil para suas investigações. Também vejo que as suas regras atuais no acordo de registro e credenciamento de 2013, de alguma maneira, seria um obstáculo para os tipos de regras que estamos sugerindo implementar aqui porque tem a ver com uma situação automática do registro público WHOIS.

Acho que esse é um caso muito específico, não estamos lidando com acesso geral de todos para qualquer tipo de informações

que mantenham o serviço de privacidade e proxy, mas para as agências de aplicação da lei de autorização e credenciamento que estão fazendo investigações.

Então não vejo que haja nenhum obstáculo legal ou jurídico para ajustar as solicitações ou ouvir as solicitações do grupo de trabalho de segurança pública e que está sendo proposta para o GAC.

STEVE METALITZ:

Muito obrigado.

Sim eu concordo com você que essas regras que estão sendo incluída nas convenções do grupo de trabalho não exigem dos provedores que mantenham a confidencialidade. Essa não é um novo requisito de lei aplicável e quando for obrigatório sim, sabemos que isso não pode mudar a lei e sim, se não cumprirmos com isso estaremos violando a lei local.

Não sei se entendi bem. Não acho que estejamos fornecendo as organizações incentivos para violar a confidencialidade quando não houver requisito legal de manter a confidencialidade e eu acho que aqui, o que está no relatório é o contrário, que estamos fomentando esse uso.

Mas sim, é verdade, não é um requisito, não é uma exigência dentro das regulamentações que surgiram desse grupo de

trabalho e quanto aspecto jurisdicional sim, você está certa, não há impedimento legal. Isso seria mais um impedimento prático e isso entrou dentro da discussão sobre RAA e é uma questão muito difícil quando falamos com uma solicitação das forças da lei de outra jurisdição e há muitas pessoas aqui nessa sala que sabem bem mais do que eu sobre essa questão, mas o que eu talvez acho é que é muito difícil aplicar um rótulo para todos os casos e quando temos um problema de serviço na jurisdição X que recebe uma solicitação das forças da lei de jurisdição Y então sempre fica claro que nesses casos devemos achar uma resolução e o grupo de trabalho sentiu que isso ia além de suas capacidades práticas de alcançar a resolução. Mas isso já está automaticamente no RAA, obrigado.

GRAEME BUNTON:

Obrigado.

É um ponto interessante. Essa questão jurisdicional é uma questão muito importante e temos oportunidade para que as comunidades consultem isso e conversem sobre isso, em um fórum maior que esse grupo de trabalho.

Acho que durante muito tempo foi muito difícil, trabalhamos muito para os interesses da sociedade civil, os grupos de propriedades intelectual e interesses também. É uma questão muito importante, mas temos feito um trabalho muito

interessante e nós aceitamos isso, suas sugestões e vamos analisa-las.

Muito obrigado.

ALICE MUNYUA: Agora é a vez da Espanha.

ESPANHA: Pelo que eu ouvi, corrija-me, não sei. Mas eu vejo que há pouca possibilidade e pouca vontade de levar em conta as preocupações do GAC e de fazer alguma coisa durante a fase de implementação para resolver essas questões corretamente.

Eu gostaria de perguntar quais são os motivos que o GAC tem de aprovar o relatório feito pelo grupo de trabalho e de confiar que nossas preocupações sobre o GAC possam ser resolvidas dentro da fase de implementação? Essa é uma pergunta.

Também queria ouvir os motivos que vocês apresentariam ao pessoal do GAC para endossar a recomendação da maneira que ela está e confiar que nossas preocupações possam ser legitimamente resolvidas no futuro.

Também gostaria de lembrar que as autoridades da lei, as preocupações que elas tem na hora de implementar e supervisionar a aplicação da lei, os resultados disso.

Porque não podemos encontrar a pessoa responsável de determinar algum conteúdo e em definitiva nós temos que recorrer a esses tipos de medidas que são muito pouco desejáveis, mas não temos outro recurso.

Muito obrigado.

GRAEME BUNTON:

Obrigado pela pergunta.

Eu acho que um dos motivos pelo qual deveríamos avançar, e já foi mencionado, é que as normas ou especificações específicas caducam no final do ano.

Então a partir de primeiro de janeiro do ano que vem não existira nenhuma regra para os fornecedores de serviços de privacidade e proxy, então devemos ter um ímpeto razoável para ter a certeza de avançar dessa forma num futuro imediato.

STEVE METALITZ:

Sim, vários oradores do GAC antes mencionaram esse ponto.

No entorno atual não é sustentável, está totalmente desregulado por falar de uma forma. Então se o ponto proxy tivesse seu próprio gTLD seria o segundo maior no mundo com dezenas de milhões de registros e não há nenhuma regra que possamos aplicar para determinar quem pode se utilizar e quais

são os procedimentos para obter a informação quando necessária, como os senhores já falaram, no que tem a ver com a propriedade intelectual em outros ambitos.

Então a justificativa por falar de uma forma para avançar com esse processo para que o GAC permita que isso continue é tomar os primeiros passos, pelos menos para dar algum grau de ordem, previsibilidade e coerência numa coisa que é imprevisível e incongruente atualmente.

O caminho escolhido pelo ICANN foi a de ter um processo de habilitação e isso estabeleceria pelo menos as regras básicas para esse processo.

ALICE MUNYUA:

Obrigado, alguma pergunta a mais? Ou comentário.

Muito bem, se não há qualquer comentário acho que passo a palavra para o presidente do GAC para que indique como continuar o trabalho.

THOMAS SCHNEIDER:

Obrigado, em primeiro lugar eu quero agradecer em especial aos 2 que estejam aqui, vemos quão importante são esses intercâmbios onde as pessoas podem fazer perguntas. Vocês entendem da onde surgem essas dúvidas, explicam

funcionamento não só no papel, mas também de forma verbal, que é muito útil pra nós. Devemos continuar com esse diálogo e ter maior presença.

Do ponto de vista do governo, O problema é que, em termos gerais, há cada vez mais tarefas e menos recursos para fazer as coisas. É uma coisa que estamos aprendendo a manejar, mas a vontade existe para manter essa interação e maneja-la porque é muito útil para ambas as partes. Todos juntos dessa forma promover soluções que nos permitam progredir e não voltar para trás.

Então eu acho que esse é um bom exemplo de que vamos conseguir um bom progresso e esperemos que a implementação chegue ao ponto no qual consigamos o melhor desse processo com um bom balanço para todos os envolvidos.

Muito obrigado por estarem aqui conosco e aos membros da diretoria que participaram também em silencio, mas que escutaram também agradeço. Deveríamos levar isso em consideração.

Temos tempo para algum outro comentário a mais dos senhores ou de qualquer outra pessoa.

STEVE METALITZ: Obrigado senhor presidente, apoio todas as coisas que o senhor disse e como resposta a última pergunta há um componente de confiança, mas também de participação.

Precisamos da contribuição da comunidade de aplicar o cumprimento efetivo da lei para fazer um melhor trabalho na implementação.

Quando avançamos com o IRT que já esteja configurado eu acho que vamos ter a certeza de contar com uma participação ativa desses organismos.

THOMAS SCHNEIDER: Esperemos que os senhores tenham, pelo menos, uma pessoa dos 160 países que estão representados aqui no GAC no seu trabalho.

Obrigado.

Encerramos essa sessão por enquanto. Podemos passar a seguinte, Gema está pronta?

Muito bem.

Porque temos uma última sessão antes do recesso do almoço, obrigado.